

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL
EM VIOLÊNCIA E SAÚDE - PIVS**

RELATÓRIO EXECUTIVO ANO 2024

Simone Gonçalves de Assis

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Mayalu Matos Silva

Valéria Castro

Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli

(Claves/Ensp/Fiocruz)

Coordenação

Março de 2025

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Lista de Siglas

Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CAD - Centro de Apoio ao Discente
CD - Conselho Deliberativo
CEDIPA – Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas
CEENSP – Centro de Estudos da ENSP
CLAVES – Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli
COGEPE – Coordenação de Gestão de Pessoas
CST - Coordenação de Saúde do Trabalhador
CVSLR - Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública
EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
GM – Gabinete do Ministro
GT – Grupo de Trabalho
IAM - Instituto Aggeu Magalhães
IFF – Instituto Fernandes Figueira
INI – Instituto Nacional de Infectologia
MS - Ministério da Saúde
NUST - Núcleos de Saúde do Trabalhador
OMS – Organização Mundial de Saúde
PI – Programa Institucional
PIPDDHSM - Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental
PIVS - Programa Institucional de Violência e Saúde
PNRMAV – Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
RENFA - Rede de Feministas Anti Proibicionistas
SCTIE – Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFG – Universidade Federal de Goiás

VA - Violência Armada

VDEGS – Vice Direção de Escola de Governo em Saúde

VIVA – Vigilância de Acidentes e Violências

VPAAPS – Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

SUMÁRIO

1	Unidades participantes em 2024	4
2	Introdução	5
3	Plano de trabalho	6
4	Mudança na coordenação do PIVS	8
5	Atividades desenvolvidas	8
6	Perspectivas para 2025	37
7	Anexos	38

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

1. Unidades Participantes em 2024

CAD – Centro de Apoio ao Discente

COC – Casa de Oswaldo Cruz

COGEPE – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

CPqAM – Instituto Aggeu Magalhães

CPqRR – Instituto René Rachou

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Fiocruz Ceará

Fiocruz Rondônia

Fiocruz Mato Grosso do Sul

Fiocruz Piauí

IFF – Instituto Fernandes Figueira

ILMD – Instituto Leônidas & Maria Deane/Fiocruz Amazônia

INCQS – Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

PDCFMA – Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica

Programa Institucional de Política de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental

Ouvidoria

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

2. Introdução

O Programa Institucional de Articulação Intersetorial Violência e Saúde (PIVS), constituído por meio da Portaria nº 260/2017 da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz, em fevereiro de 2017, é coordenado pelo Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES). Vimos atuando, desde 2017, através de um Grupo de Trabalho (GT) que reúne participantes de diversas unidades da Fundação, a partir de um Plano de Trabalho debatido e aprovado anualmente. O PIVS conta com o apoio financeiro da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (CVSLR) e da Presidência da Fundação. O ano de 2024 foi marcado pelo estreitamento da relação com a Presidência através de reuniões presenciais e contatos por e-mail e whatsapp com a chefe de gabinete e sua assessora, buscando reforçar o apoio institucional e viabilizar orçamento próprio.

Desde sua constituição, buscamos agregar, ano a ano, participantes provenientes do maior número possível das unidades da Fundação, das diversas cidades do país, visando implementá-lo, de fato, nas diversas esferas institucionais. No início de cada ano fazemos contato com a gestão das unidades que ainda não participam do Programa, convidando à adesão de profissionais que atuem ou possam atuar com o tema naquela unidade. Em seu oitavo ano, apesar de não termos ainda conseguido atingir o objetivo de reunir pelo menos um membro de cada unidade da Fiocruz, considerando todos os estados brasileiros onde está inserida, contamos com um GT bem consolidado com a participação assídua de diversos membros, ano após ano.

A cada novo ano apresentamos, discutimos e aprovamos o relatório do ano anterior, bem como um Plano de Trabalho que guiará nossas ações por 12 meses. Este documento é, ao longo do ano, constantemente revisto e adaptado às necessidades e possibilidades que se apresentam.

Este relatório apresenta o Plano de Trabalho de 2024 e o que foi efetivamente desenvolvido pelo GT e outros parceiros do PI ao longo de 12 meses.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

3. Plano de Trabalho 2024

Para 2024 planejamos a manutenção de atividades contínuas do PIVS, como articulação entre as unidades, contatos entre seus membros pelo e-mail institucional e *WhatsApp*, alimentação e manutenção do site¹ institucional, convites às unidades participantes e não participantes do GT para integrarem o PIVS e darem apoio aos trabalhadores já membros, confecção e publicação de Relatório Executivo anual e demais documentos de trabalho pertinentes. São realizadas periodicamente reuniões de coordenação (além de trocas informais constantes pessoalmente e por grupo de *WhatsApp*).

O plano de trabalho inicial do PIVS contou com as seguintes propostas:

- Realizar manutenção da organização do GT do PI e do apoio a seus membros;
- Realizar manutenção e alimentação do site do PIVS;
- Convidar as unidades participantes e não participantes do GT a integrarem o Programa e a darem apoio aos trabalhadores já membros;
- Produzir o Relatório Executivo de 2023;
- Retomar a proposta boletins bimensais;
- Retomar o diálogo com a presidência da Fundação;
- Retomar a discussão acerca da assinatura da Fiocruz na ADPF e realizar reunião interna do GT com especialistas, ação deliberada em 2023;
- Propor a elaboração de uma forma de registro da violência armada (VA) na Fiocruz para visibilizar e criar estratégias para enfrentamento do tema;
- Propor o desenvolvimento de estratégias de prevenção à VA para a comunidade externa que frequenta a Fiocruz;
- Retomar o convite à participação no PIVS da Comunicação da Fiocruz;

¹ Disponível em <https://portal.fiocruz.br/programa-institucional-violencia-e-saude>.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Propor estratégia/plataforma para compartilhamento de experiências exitosas de enfrentamento às violências;
- Articular e colaborar com o GT Equidade e Diversidade da ENSP;
- Articular e colaborar com GT organizador do Seminário de Justiça Restaurativa coordenado por Simone Assis e Fernanda Serpeloni (Claves/ENSP);
- Realizar oficinas e seminários presenciais, remotos e ou híbridos, com os seguintes temas:
 1. Saúde mental e violência, abordando experiências/metodologias exitosas de proteção e cuidado.
 2. Seminário Nacional sobre VA (no Rio de Janeiro ou em Salvador);
 3. Oficina interna para apresentar os produtos do Museu da Vida.

Após reunião com a chefia de gabinete da Fiocruz e com o Grupo de Trabalho do PIVS o Plano de Trabalho foi revisto, constituindo-se conforme abaixo:

1. Manutenção da organização do GT do PI e do apoio a seus membros;
2. Publicação da Portaria com a nova composição da Coordenação Colegiada do PIVS;
3. Manutenção e alimentação do site;
4. Convite às unidades participantes e não participantes do GT a integrarem o Programa e a darem apoio aos trabalhadores já membros;
5. Confecção e publicação de Resumo Executivo anual e demais documentos de trabalho pertinentes;
6. Produção de boletins informativos bimensais;
7. Realização de reuniões ordinárias;
8. Realização de reuniões periódicas da coordenação do PIVS;
9. Realização de projeto Podcast Ciclo 20 anos da Política nacional de Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV) como ação de divulgação científica. Em 2021, para comemoração dos 20 anos da PNRMAV, foi realizado um ciclo de 13 *webinars* contemplando as 07 diretrizes da Política. Os debates estão disponíveis no site do PI e no [Canal Violência e Saúde](#). A proposta tem como objetivo criar um produto de divulgação científica, no formato de podcast, a partir do material dos *webinars*;
10. Participação no 12o Congresso Brasileiro de Epidemiologia da Abrasco;

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

11. Contratação de bolsista para o Projeto Registro da Violência Armada na Fiocruz para apresentar e executar proposta de estruturação de registro na Fiocruz de episódios de violência armada. O bolsista deverá entrar em contato com as unidades, identificando o problema localmente, quais informações a unidade possui e quais precisa produzir; elaborar indicadores e proposta de estratégia de sistematização dos dados e de comunicação; definir e acompanhar a construção e manutenção de plataforma online.
12. Realização do Seminário Nacional PNRMAV.

4. Mudança na Coordenação

Em 2024 o Programa contou com uma mudança na composição de sua coordenação, com a saída de Simone Gonçalves de Assis e entrada de Valéria Castro, que permaneceu entre junho e dezembro de 2024. Durante o processo de avaliação do PIVS, atividade descrita adiante, foi sugerido que o PIVS contasse com uma coordenação colegiada com a seguinte composição: uma pessoa do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/ENSP) e duas pessoas de unidades externas ao Rio de Janeiro, de forma a estimular a descentralização de seu funcionamento. Dessa forma, na reunião de dezembro essa sugestão foi apresentada como um dos resultados da avaliação, e ratificada pelo grupo, ficando a decisão sobre nova composição da coordenação colegiada para ser decidida na primeira reunião de 2025.

5. Atividades desenvolvidas em 2024

5.1. Atualização do GT

Como relatado acima, a coordenação do PIVS sofreu mudança com a saída de um membro e entrada de outro. Além disso, os componentes do GT foram atualizados, visando a melhor comunicação e desenvolvimento das atividades. Em junho foi enviado e-mail a todos os membros não ativos consultando sobre sua permanência. Foram convidados novos membros – Fiocruz Brasília (sem nova adesão) e Fiocruz Piauí (com nova adesão). Foi conversado em reunião

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

com a chefia de gabinete da Presidência sobre a elaboração de nova estratégia de mobilização de membros para o Programa, consistindo no envio de convites pela própria chefia às direções das unidades, o que não pode ser feito, entretanto, em 2024.

4.2. Atualização do site institucional

O site institucional sofreu uma série de modificações e ajustes, visando deixar seus materiais mais organizados para acesso público. Foram feitas modificações na organização das Abas e Títulos a serem exibidos e inclusão e correção de documentos.

4.3. Reuniões

Data: 28/02

A primeira reunião do ano teve como objetivo realizar uma retrospectiva do ano de 2023, conforme pode ser conferido no respectivo relatório executivo, disponível no site do PIVS.

Foi pautada discussão sobre uso da logo do Programa, confeccionada no ano anterior, uma vez que não houve liberação oficial da Coordenação de Comunicação da Fiocruz para este uso pelos Programas Institucionais. Até o momento, por este motivo, seguimos usando apenas a tipografia do PIVS. A reunião teve, ainda, como pauta a construção do Plano de Trabalho para 2024; a necessidade de estreitar o contato com a Comunicação da Fiocruz, por meio da Presidência, visando aprimorar o contato com a sociedade, mas também divulgar os materiais produzidos sobre violência, na Fundação. Tal aproximação também é fundamental com a comunicação das unidades.

Foi pautada a participação do PIVS na construção do Seminário Internacional sobre Justiça Restaurativa, a partir da proposta de trabalhar os impactos da

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

violência no desenvolvimento urbano e saúde mental e ações de enfrentamento; a importância de incluir nesta atividade e nas demais do ano a questão da juventude, tendo em vista ser a maior vítima da violência armada, o que inclui a vitimização indireta das mães. São outras as sugestões de temas importantes: questão indígena, ciência e tecnologia – quais usos para qual projeto de Brasil, população privada de liberdade, interiorização da VA e tráfico de drogas, violência na área rural, violência de gênero, inclusa a população lgbtqi+, e direitos reprodutivos.

Data: 17/04

A reunião teve como objetivo trabalhar a questão da importância da comunicação para o desenvolvimento das ações do PIVS. Nesse sentido a proposta foi que cada unidade convidasse colegas que trabalham com comunicação para avançarmos nessa pauta. Foram dados os seguintes informes: envio, aos membros do PIVS, do relatório 2023 e da ata 1ª reunião de 2024, para sua revisão, por e-mail; marcada reunião com a Presidência, para o mês de maio; pautar as dificuldades de adesão mais próxima ao Programa da Comunicação da Fiocruz e internas às unidades; informar sobre o andamento do apoio a ADFP das Favelas², quando foi lembrado o histórico do movimento na Fiocruz. Sobre esse ponto foi feito novo texto, explicativo, com o histórico e a proposta que seria encaminhado ao GT e depois à Presidência, para cancelar o apoio institucional e a entrada como *amicus curie* no processo.

Como ponto de pauta foi feita discussão sobre a questão da Comunicação Fiocruz e das unidades, sendo elas um "nó", uma vez que ainda não conseguimos ter sua participação efetiva. A comunicação da ENSP tem participado na divulgação de materiais e atividades, sob demanda da coordenação. Note-se que nenhum profissional da área compareceu à reunião.

² Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n 635. Ver informações complementares abaixo.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Foi apresentado o projeto Aprender a Animar para Enfrentar Violências e as oficinas de animação realizadas por Paula Bonatto do Museu da Vida e equipe. O material - 4 vídeos - está publicado no canal do YouTube do Museu da Vida³ e da ENSP. Ruth, arte-educadora que ministrou as oficinas, esteve presente e apresentou a proposta. Foram 3 animações, exibidas na reunião aos presentes, construídas com a proposta de popularização da ciência seguindo princípios freireanos.

Foi apresentado o Sumário Executivo da pesquisa de avaliação da PNRMAV por Ednilsa Ramos de Souza. A pesquisa que se iniciou em 2020 e foi realizada durante a pandemia. A equipe está preparando a divulgação, inicialmente para os participantes e as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Feita com base nas diretrizes da Política e em relação aos distintos níveis de atenção à saúde, trabalhou com questionários, que foram para todos os municípios brasileiros. Houve retorno de 531 serviços, de 379 municípios. Também foram levantados dados do SIM, SIH e SINAN; e realizadas 63 entrevistas. Ednilsa relatou as dificuldades com a realização da pesquisa, como o processo de pandemia de Covid-19. Os indicadores de avaliação foram construídos a partir da legislação (PNRMAV): n = 63. Na 1ª avaliação (2007) a Atenção Primária a Saúde tinha mais dificuldades de abordagem do tema. Agora há mais ações, apesar do abandono da Política do governo federal na gestão 2019-2023. Para mais informações, consultar o Sumário Executivo, publicado no site do PIVS.

³ Divulgação da oficina:

<https://www.youtube.com/watch?v=suZmGdNk7Gg&list=PLkIkYtJ49xLDTQkeDJpncAdqwsVoCdjGo>;

Explosões:

<https://www.youtube.com/watch?v=53XMy2Yszok&list=PLkIkYtJ49xLDTQkeDJpncAdqwsVoCdjGo&index=3>; Olhos Abertos:

<https://www.youtube.com/watch?v=ttcb76yCXwQ&list=PLkIkYtJ49xLDTQkeDJpncAdqwsVoCdjGo&index=5>; Engolidas:

<https://www.youtube.com/watch?v=0IPYQGIMw8k&list=PLkIkYtJ49xLDTQkeDJpncAdqwsVoCdjGo&index=7>

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Data: 03/05

Em 3 de maio a coordenação do PIVS realizou reunião com a presidência da Fundação, representada pela Chefia de Gabinete, Dra. Zélia Profeta. Na ocasião, apresentamos o que vimos realizando no PI desde 2017; a forma de funcionamento; a necessidade de rever o lugar institucional do Programa, incluindo a fonte de apoio financeiro; a importância de avançarmos na parceria com Comunicação (CCS); o apoio institucional à ADPF 635 e o planejamento para 2024. A demanda de inclusão da violência em editais internos, assim como a colaboração com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) no projeto “Escuta, apoio e formação de docentes de escolas de Manguinhos e da Maré: intervenção e sistematização de propostas de acolhimento socioemocional em territórios conflagrados”, foram também apresentados.

Na ocasião foi apresentado o Plano de Trabalho para 2024, seguindo o que fora tirado pelo grupo. A este respeito, Zélia sugeriu, a partir do que foi trabalhado até o momento pelo PIVS, e de experiência recente em seminário organizado pelo Ministério da Saúde, com apoio da Fiocruz, sobre a Amazônia Legal, que focássemos em um grande tema, que pudesse ser estruturante, para além da Fiocruz, envolvendo também outros entes governamentais, como o Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASSEMS) e Secretarias de Saúde locais. Foi sugerido que esse grande tema fosse a Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência, cuja pesquisa avaliativa de seus 20 anos, recém publicada, foi coordenada pela Dra. Edinilsa Ramos, apresentada na última reunião do GT do PIVS.

Data: 27/06

Foi realizada reunião ordinária do PIVS, com informes sobre as ações do Programa e das unidades: adiamento de atividade a ser realizada na EPSJV com

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

a exibição do filme Desova⁴ por conta de violência armada que atingiu o campus; mudança na equipe de coordenação; produção de nota de repúdio ao PL 1904/2024; encaminhamento via SEI de projeto de apoio institucional à assinatura da ADPF das Favelas como *Amicus Curiae*; atividades do GT Projeto Registro e do GT Seminário Nacional. Essas atividades serão melhor detalhadas à frente.

Data: 11/07

Foi realizada reunião com a presidência da Fiocruz, na figura da chefia de gabinete, a Dra. de Zélia Profeta, tendo como pauta: a entrada Servidora Valéria Castro na coordenação; republicação da Portaria do PIVS; localização institucional do Programa, sendo proposta de Zélia de que ficasse ligado ao Gabinete da Presidência; financiamento/Plano de Trabalho; comunicação e logo do PIVS; desafio de envolver mais pessoas de outras unidades além do RJ: importância da Presidência se envolver na comunicação com os diretores das unidades para reforçar a importância do PIVS.

Zélia sugeriu enviar a Portaria via gabinete para as direções das unidades fazendo o convite para compô-lo, como estratégia de articulação; fazer um histórico do PIVS para envio às unidades, via gabinete; informar ao Gabinete quais as unidades ativas hoje, já não mais ativas e as que nunca participaram.

Sobre o Seminário Nacional do PIVS, houve a sugestão para realizá-lo com base na PNRMAV e seus 20 anos, destacando os desafios contemporâneos. Sobre os atores institucionais a serem convidados e que poderiam ajudar a construir o Seminário, foram elencados o MS, Secretarias de Saúde e os Conselhos de Secretários, entre outros. Questão central: quais são os temas-chave hoje? Por exemplo, violência de gênero e racismo. Pensar em estratégias para fortalecer a Rede de Núcleos de Prevenção à Violência.

⁴ Disponível em <https://www.quiprocofilmes.com.br/portfolio/desova>

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Sobre o Projeto Registro da Violência Armada na Fiocruz e ADPF, foi destacado o apoio de Zélia, uma vez que a VA tem impacto na Fiocruz, além dos bairros de entorno. Os registros poderiam ser utilizados para discutir com as autoridades de segurança sobre esta violência, mas também para conversar com a sociedade. Foi sugerido organizar ações para dentro e para fora, no sentido de conversar com a sociedade sobre esses impactos, usando a potência da Fiocruz para realizar esse debate. Sobre um confronto armado recentemente ocorrido, em 11 de junho, atingindo a Fiocruz, foram diagnosticados diversos problemas com o Plano de Contingência, como com a comunicação de risco. Na reunião do Conselho Deliberativo (CD) da Fiocruz havia se definido que era preciso aprofundar a comunicação de risco relacionada aos *campi*, principalmente Manguinhos, Maré e Farmanguinhos. É preciso repensar a comunicação e como organizar os registros. A Fiocruz recebe por dia 400 visitas, a maioria é de crianças e escolas, sendo os potenciais impactos em vários níveis. São mais 200 crianças na creche, complexificando a situação.

Foi informado que o PIVS tem realizado, desde 2019, diversas reuniões sobre essa questão, possuindo dois documentos de trabalho sobre o tema das violências, urgências e emergências, um de 2019 e outro 2023, publicados em seu site. Percebe-se que a comunicação interna de risco evoluiu, mas que ainda falta aprimorá-la. Os dois documentos foram enviados para Zélia posteriormente à reunião. Sobre a questão da ADPF, que dialoga com a problemática da VA na Fiocruz, Zélia informou que o documento está com o procurador institucional para análise da proposta de entrada como Amicus Curie.

A coordenação do PIVS sugeriu, nesse documento de trabalho e em reunião com Claudionor – profissional responsável pela gestão da segurança na Fiocruz, que o *card* informativo sobre episódios de VA fosse também postado em um espaço na página principal da Fiocruz para aprimorar a comunicação para o público externo.

Outro ponto de debate é relativo à retomada do tema violência e trabalho/institucional pelo PIVS e relação com a Coordenação-Geral de Gestão

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

de Pessoas (COGEPE). Historicamente o Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUST) sempre atuou muito junto ao PIVS, mas em anos recentes se afastou. São muitos coletivos na Fiocruz, as pessoas não conseguem dar conta de todos. Valeria destaca a importância de retomar o tema, em parceria com a Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas (Cedipa) e o Comitê Pró Equidade.

Finalmente, sobre Projeto de Lei 1904, conhecido como “PL do Aborto”, que propõe criminalizar o aborto após 22 semanas de gestação, Zélia solicitou apoio para construir um texto para uma carta aberta da Fiocruz. Esta atividade está melhor descrita na seção 4.6.

Data: 28/08

A reunião teve como pauta a retomada do tema violência e relações de trabalho; a realização de avaliação do Programa e de perspectivas futuras a partir da formulação de uma proposta para avaliação e debate coletivo; informes do Projeto Registro Violência Armada; construção do Seminário Nacional PIVS. Diversos desses pontos encontram-se melhor desenvolvidos em seções específicas.

Raquel Scopel, da Fiocruz Mato Grosso do Sul e integrante do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça, salienta a importância da pauta da violência nas relações de trabalho, existindo muitos casos que não chegam ao conhecimento das instâncias oficiais. Neste sentido, indaga se seria possível a criação de espécie de plataforma anônima, onde as pessoas pudessem registrar os casos, no que outras pessoas apontam a delicadeza das informações e o desafio de saber como é feito o registro. Valeria Castro sugere a criação de um formulário de registro para violência nas relações de trabalho, incluindo aquelas que envolvem pessoas externas à Fundação, como em casos de atuação externa ou trabalho de campo. Já Vera Frossard chama atenção para as “violências invisíveis” e um desconhecimento sobre as formas de violência. Mayalu ressalta

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

a importância de que os diferentes grupos de trabalho da Fundação possam reunir esforços para tocar pautas comuns.

Nesse sentido, é aberto o ponto sobre o esgotamento do formato do PIVS e a necessidade de avaliá-lo, no que Raquel chama atenção não ser este um problema exclusivo do Programa. Sobre formas de fomentar a participação, sugere a possibilidade de apoio financeiro aos membros, tendo em vista se tratar de trabalho extra.

Mayalu apresenta a proposta do Projeto Registro da VA e o desafio de congregar e mesmo produzir dados, o que não é feito pelas unidades; também é realizado debate sobre a organização do Seminário Nacional, como local, temas, identificação de avanços e desafios para a PNRMAV, sendo o Seminário de importância estratégica, uma vez que a Política será revista.

Data: 27/09

Foi realizada a oficina Relações Trabalho. Além dos membros do GT, participaram como convidados a COGEPE, o Centro de Apoio ao Discente (CAD), a CEDIPA, a Ouvidoria e o Comitê de Acessibilidade, visando novamente pautar o tema no PIVS e identificar possibilidades de apoio institucional. Na ocasião, foi apresentado histórico de 7 anos do Programa no que tange às ações voltadas às relações de trabalho e pautada a construção de uma agenda em comum. Em anexo encontra-se a apresentação que foi feita pela coordenação do PIVS nessa reunião.

As participantes relatam diversos casos de violência nas relações de trabalho, incluindo relacionadas a instancias externas à Fiocruz como em Fóruns coletivos e ou em trabalho de campo; entre pesquisadoras-orientadores e alunos. É feita sugestão de revisão da cartilha de assédio moral na Fiocruz. Participantes do PIVS, da Ouvidoria e do CAD colaboraram na primeira versão.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Andrea da Luz, coordenadora da COGEPE, destaca o contexto complexo do Rio de Janeiro, em que muitas vezes não sabemos nem se chegaremos ao trabalho, em um cotidiano atravessado pela violência armada (VA). Esse tipo de violência alimenta outras violências, como nas relações de trabalho, e há atravessamentos de machismo, misoginia, lgbtphobia, racismo, entre outras. Ela solicita a colaboração das unidades em nova revisão da cartilha. Destaca a mobilização do PIVS com o tema das relações de trabalho, congregando as unidades. A Fiocruz tem uma experiência consolidada, mas insuficiente para a resolução dos problemas. Está prevista a implantação de mini equipes de saúde do trabalhador nas regionais, com profissionais formados para isso, e também ações no campus Maré. Haverá contratação de psicólogos e equipes no IFF e no INI. Haverá prioridade também na formação/sensibilização dos gestores. Destaca a importância da VA nos *campi* do Rio de Janeiro. Há ainda muitos casos de assédios na Fiocruz. Outro assunto a ser priorizado é o enfrentamento ao feminicídio. Destaca que a formação de gestores que criem ambientes saudáveis de trabalho não é só questão da saúde do trabalhador, mas de todos os gestores. Diálogos com os gestores vêm ocorrendo um espaço mensal de discussão no CST, mas não é só a área de gestão de pessoas que vai resolver o problema. Há muitos vínculos diferentes de trabalho na instituição: bolsistas, servidores, estudantes e terceirizados, o que dificulta ainda mais a resolução do problema. As questões dos terceirizados devem ser tratadas pelas empresas terceirizadas. A chefe de Gabinete da Presidência da Fiocruz Zélia Profeta chamou um grupo de pessoas para conversar com a ministra das mulheres na Fiocruz e foi colocada a questão do feminicídio zero e do assédio sexual, algo que acontece muito na Fiocruz. A violência contra a mulher é uma questão que precisa ser priorizada.

Daniele Bueno, Ouvidora da Fiocruz, explica que em 2017 foi criada a lei que dá respaldo para interferir nas relações de trabalho das unidades, com a criação do sistema de integridade nas instituições públicas a partir de 2018, o que inclui a Corregedoria e Ouvidoria, entre outros. Foi instituída também nesse período a proteção a denunciante, o que é garantido a quem registra a denúncia

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

oficialmente através da plataforma FALA BR, do Governo Federal⁵. Com isso, uma série de mudanças ocorreram. A Ouvidoria não sabe quem está denunciando, somente quando faz um acolhimento ou a Corregedoria ou Comissão de Ética solicita informações para alguma apuração. O site FALA BR reúne informações importantes sobre o tema. Foi destacado que a Ouvidoria é a porta de entrada oficial para as denúncias de violência institucional nas relações de trabalho, com vinculação ao FALA BR, buscando garantir o sigilo dos denunciadores. Instituiu-se o sistema de proteção ao denunciante, sendo que a ouvidoria tem o dever de proteger o denunciante por 100 anos. Porém, é muito difícil pois a violência é entre pessoas e quem fez a violência sabe que fez e com quem.

Destacou-se a importância do PIVS retomar essa discussão e a ampliação do debate na Fiocruz, ressaltando também a existência do Guia Lilás da Controladoria Geral da União, Orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal⁶. Ressalta que, quando fazem um convite para falar sobre o assunto, vão muito poucos participantes. Foi, ainda, informado sobre o Painel Resolveu, uma ferramenta que reúne informações sobre manifestações de ouvidoria (denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação) que a Administração Pública recebe diariamente pelo sistema e-Ouv. A aplicação permite pesquisar examinar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa⁷.

Etinete Nascimento, do CAD, destacou o trabalho com os estudantes, que apresentam relatos de violências diversas: interpessoal, condições socioeconômicas desfavoráveis etc. São várias as linhas de atuação. Os estudantes com deficiência também encontram muitas barreiras na instituição. Essas violências trazem marcas, que reverberam no processo educativo do aluno e em sua vida. O trabalho é multidisciplinar, chegam muitos casos com múltiplas

⁵ <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>

⁶ Disponível em <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/93176>

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/cidadao/painel-resolveu-1>

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

violências, como o assédio moral que, às vezes, passa a denúncia para a Ouvidoria, mas nem sempre. Querem instituir parceria com este setor para facilitar os fluxos entre os serviços e o acesso dos discentes. Em situações de tiroteio, por exemplo, a aula não para, causando muito medo no fim da tarde, quando o *campus* fica mais vazio. O CAD busca construir com os alunos algumas saídas, soluções mais saudáveis, acolhendo e construindo estratégias. Porém, muitas coisas estão além de sua ingerência. Há uma série de atividades voltadas à reflexão sobre as causas de violência, como relacionadas às condições socioeconômicas. Em 09 de outubro aconteceu o evento Olhares para a diversidade, focando em alunos neurodivergentes, no dia 10 do mesmo mês a roda de conversa sobre a relação orientando-orientador - evento criado devido as denúncias de assédio moral.

Bárbara Aires, da CEDIPA, menciona denúncias de racismo e lgbtfobia que acolhem e encaminham, buscando capilarizar as políticas de acessibilidade, equidade e outras, para que as unidades sejam sensibilizadas sobre o assunto. Sthephany Cury, do Comitê Acessibilidade, ressalta a importância da fala da Ouvidoria e destaca que a VA e as operações policiais são questões centrais para o Comitê, sendo preciso pensar como a instituição pode agir como em casos de profissionais surdos, ou de baixa visão, que precisam poder também se proteger destas situações.

Paula Bevilacqua, da Fiocruz MG, relata que o trabalho na regional tem sido a partir da comunicação e diálogo. Desenvolvem oficinas sobre formas de comunicação que não reproduzam violência. Aponta o problema da relação com o pessoal terceirizado da limpeza, sobretudo as mulheres, e o tamanho das unidades regionais, que geralmente são pequenas, o que faz com que as pessoas que fazem denúncias sobre assédio fiquem mais expostas.

Michelle Oliveira, da EPSJV, relata que tem se observado a necessidade de se estudar a questão da violência nas relações de trabalho, pois são absolutamente comuns. O que se configura como uma situação de assédio? De violência institucional? Até identificar isso, as pessoas vão sendo expostas a inúmeras

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

situações e talvez isso pudesse ser evitado se houvesse mais espaço para se falar sobre o assunto. Propõe criar dispositivos mais interativos para articular com unidades e outras formas de diálogo. Por exemplo, trabalhar com relatos de casos. A Fiocruz precisa se afirmar como uma instituição que repudia qualquer tipo de violência, no entanto, ainda estamos na fase de reconhecer as violências. Exemplo de atividade que vêm desenvolvendo é relativo à exposição de arte sobrevivente “O que você estava vestindo?”⁸.

Entre os participantes destaca-se a percepção sobre a importância de educar, fazer rodas de conversa frequentes, mas que falta público e quem precisa conversar sobre o assunto geralmente não está presente. Lembrou-se também das políticas da Fiocruz sobre o tema e a necessidade de se renovar o formato de diálogo e divulgação. É feita a proposta de se criar uma aba no site do PIVS para colocar as políticas de apoio ao estudante, política de equidade etc. Foi ressaltado que as violências que acontecem no cotidiano têm que ser prevenidas e o estudante tem que saber quais os caminhos a seguir. Foi sugerida a criação de fluxos relacionados a essa questão, envolvendo CAD, CEDIPA e NUST para criar estratégias de enfrentamento do assédio. Foi informado na reunião, por parte do CAD, que já havia uma outra reunião agendada anteriormente com os diversos setores para discussão do mesmo assunto, o que inviabilizou a definição de um novo GT sobre relações de trabalho na Fiocruz. O assunto será retomado posteriormente.

Data: 11/12

Nesta data foi realizada a última reunião do ano, cuja pauta foi a avaliação do PIVS, a partir da identificação, em 2024, de uma "crise" do Programa. Na ocasião foi apresentado histórico do PIVS; as de atividades 2024; a avaliação realizada

⁸ Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/videoteca/exposicao-de-arte-sobrevivente-o-que-voce-estava-vestindo>

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

com membros e ex membros a partir de um instrumento semiestruturado; e perspectivas para 2025.

Durante o ano de 2024 a coordenação do PIVS identificou que seu presente formato, que vimos por 8 anos construindo, chegou a um esgotamento que tem em sua constituição fatores como sobrecarga de trabalho dos membros, quantidade de grupos de trabalho na Fiocruz e dificuldades em avançar em algumas pautas relacionadas à violência. Dessa forma, ponderamos que seria pertinente realizar uma avaliação visando identificar elementos da “crise” e pensar outras formas de trabalho. Esta avaliação encontra-se relatada na seção 4.11.

Na ocasião foi apresentado um breve histórico das principais atividades PIVS, ano a ano, a saber:

2017

- Construção de Termos de Referência: 1) Violências, Território e Cidadania; 2) Violência e Serviços; 3) Violência e Relações de Trabalho;
- Oficinas Temáticas: Criação do GT e de Conceituação de Violência; Violência, Território e Cidadania; Violência e Serviços; Violência e Relações de Trabalho;
- Projeto Memórias no campo da Violência e Saúde;
- Construção de eixos para atuação das unidades 1-Prevenção e promoção de relações protetoras, amorosas, no território, nas famílias, nas instituições; 2- Atendimento as vítimas, digno, efetivo, humanizado, capilarizado; 3- Qualificação da informação; 4-Fortalecimento dos Sistemas de Garantia de Direitos; 5-Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

2018

- Oficinas (com convidados externos): Planejamento; Interseccionalidades; Saúde Mental, *Advocacy*;
- Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência;

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde;
- Projeto Memória.

2019

- Oficinas (com convidados externos): Planejamento; Oficina Urgência e Emergência; Oficina Fiocruz, Violências, Urgências e Emergências; Seminário Desastres Ambientais e Violências
- Moção 16ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)
- Participação na missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
- Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência
- Projeto Memória

2020

- Oficinas: COVID-19 e Violência; Racismo, Violência Estrutural e Políticas Públicas no Brasil; Informação em Saúde e Violências: contexto atual;
- Colaboração com o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES)/ FIOCRUZ na organização de material no formato de cartilhas temáticas sobre Saúde Mental e Atenção Psicossocial;
- Criação do site;
- Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência.

2021

- Oficinas: Oficina Planejamento e Violência contra a mulher,
- Nota 20 anos da PNRMAV;
- Ciclo de Lives PNRMAV.

2022

- Seminário Nacional Violência e saúde em tempos de emergências sanitárias globais;
- Webinar Violência e Educação;

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Webinar Masculinidades contemporâneas, saúde e violência;
- Parceria com o Grupo Relações de Trabalho e Violência;
- Participação no Abrascão;
- Colaboração com a oficina Aprender a animar para enfrentar violências.

2023

- Oficinas: Planejamento; Fiocruz, Violências, Urgências e Emergências
- Participação no CEENSP Assédio Moral e Sexual no Ensino e na Pesquisa: interfaces com a saúde;
- Reunião com o o PI Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental;
- Apresentação do Programa Institucional em Conselhos Deliberativos (CD) – novamente;
- Produção de boletim sobre as atividades do PI;
- Apoio a ADPF das Favelas;
- Webinar “Impacto da violência armada em escolas de favela no Rio de Janeiro”.
- Colaboração com a EPSJV no projeto “Escuta, apoio e formação de docentes de escolas de Mangueiras e da Maré: intervenção e sistematização de propostas de acolhimento socioemocional em territórios conflagrados”;
- Mesa redonda no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas da Abrasco “Saúde mental, racismo e guerra às drogas: Impactos e desafios para o cuidado em liberdade”
- Participação na reunião da Comissão Departamento de Promoção da Saúde do Ministério da Saúde;
- Seminário Nacional “Políticas públicas, intersetorialidade e a participação popular nos territórios marcados pela violência e seus impactos na saúde”;
- Produção da logomarca, identidade visual e grafia do Programa Institucional.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

4.3. Projeto Registro de Violência Armada na Fiocruz: Construindo Metodologias para Registro e Proteção

Tal ação foi tirada pelo GT do PIVS em reunião ordinária em 2023, quando foi criado subgrupo específico para seu desenvolvimento. Em outubro de 2024, o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, e, no mesmo mês, enviada solicitação de bolsista Pibic para o Programa de Iniciação Científica, edição Manguinhos, solicitação bem sucedida, tendo o bolsista iniciado sua atuação em dezembro.

São objetivos do projeto - Geral: Visibilizar os impactos da violência armada no campus sede da Fundação Oswaldo Cruz/Rio de Janeiro. Específicos: 1. Estimar a prevalência da violência armada no entorno do campus e monitorar seus impactos sobre as atividades de ensino, educativas e assistenciais; 2. Visibilizar os impactos da violência armada sobre o oferecimento de serviços e a saúde física, mental e emocional de trabalhadores, alunos e usuários; 3. Investigar as estratégias de enfrentamento adotadas.

4.4. Apoio à ADPF das Favelas pela Fundação Oswaldo Cruz

Tal apoio vem sendo construído desde 2023. Como continuidade do processo, foi feito pedido de entrada como *Amicus Curie* junto à ADPF, encaminhando ofício para a Presidência da Fiocruz e, posteriormente, à Procuradoria da Fundação. Para apoiar esse processo foi construído o documento Histórico do Apoio à ADPF (em anexo), a fim de compor o projeto que seguiu através de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Em 02 de setembro de 2024 foi informado pela Presidência que o ofício de no. 823/2024 havia sido assinado pelo presidente (em anexo) e o processo enviado à Procuradoria Federal remeter o ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) (em anexo). No dia 25 de outubro a Fiocruz foi habilitada na qualidade de *Amicus Curiae* da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 (ADPF das Favelas).

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Consideramos de enorme importância esta adesão, através da qual a Fiocruz fortalece sua missão institucional de apoiar os movimentos sociais na luta contra a violência e violações de direitos relacionados à letalidade da política, agente da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, direcionada principalmente contra a população pobre e negra de favelas e outros espaços vulnerabilizados. Nesse sentido reafirmamos a necessidade de que o Estado garanta o previsto na Constituição Federal no que tange à segurança pública, além de desenvolver um necessário plano de redução da letalidade policial e controle das violações de direitos humanos.

O início da votação desta ADPF no Supremo Tribunal Federal foi no dia 13 de novembro de 2024, quando a proposta foi apresentada e aventada a continuidade da votação em 2025. Continuaremos acompanhando, como PIVS e Fiocruz, cada vez mais de perto, os desdobramentos dessa importante ação do STF.

4.5. Colaboração com a EPSJV no projeto "Escuta, apoio e formação de docentes de escolas de Manguinhos e da Maré: intervenção e sistematização de propostas de acolhimento socioemocional em territórios conflagrados"

A coordenação do PIVS colaborou com a vice-diretora de ensino da EPSJV Ingrid D'avilla Freire Pereira, membro do GT do PIVS, na confecção do projeto que foi submetido a pedido de financiamento por emenda parlamentar, tendo sido contemplado pelo mandato do deputado federal Chico Alencar, do PSOL, no final de 2023.

O projeto é uma iniciativa estratégica da Fiocruz para ampliar e aprimorar as ações de saúde e educação nas escolas de ensino médio das favelas da Maré e Manguinhos. O projeto é liderado pela EPSJV e tem participação do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), através da articulação do PIVS. Nesse sentido, foram realizadas reuniões presenciais nos dias 27 de agosto, 10 de setembro, 01 de outubro e 12 de novembro, para

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

organização do projeto e de eventos de formação da equipe. “Temas emergentes em saúde mental nas escolas” foi um debate realizado no dia 08 de outubro⁹; a roda de conversa “Estratégias e métodos de acolhimento psicossocial em escolas”, em 23 de outubro; e “Apresentação da pesquisa Avaliabilidade do Programa Saúde nas Escolas”, organizado pela pesquisadora Luciana Sepúlveda, da Direb/Fiocruz, em 15 de novembro.

4.6. Nota de repúdio ao PL 1904/2024

Em junho o PIVS coordenou a construção de nota de repúdio¹⁰, na Fiocruz, relativa ao PL 1904/2024, que, no momento, até 14/08/2024 estava tramitando na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)¹¹. Conhecido pela alcunha de PL Antiaborto ou PL do Aborto, configura-se como uma proposta para alterar o Código Penal para equiparar o aborto ao homicídio quando realizado após a 22ª semana de gestação. A nota compôs o movimento #criançaãomãe, que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil organizada.

4.7. Articulação o Programa Institucional Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental

Em 6 e 7 de agosto o PIVS participou da reunião do Programa Institucional Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental como membro de seu colegiado, composto por diversas unidades da Fundação, quando foram convidadas duas novas unidades para compor o PIVS – Piauí e Brasília.

Foi pauta desta reunião: apresentação do PI, dos projetos em curso e desenvolvidos, aprovar um Termo de Referência do Programa; debate sobre as ações comuns e articulação entre as unidades, elaborar estratégias angariar novos membros, discutir

⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t61L54GqeA>

¹⁰ Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/06/fiocruz-divulga-nota-de-posicionamento-contra-pl-do-aborto-0>

¹¹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

sobre criação de Conselho Consultivo – composto por entidades da Sociedade Civil Organizada e outras que trabalhem com o tema -, planejar um Seminário Internacional em 2025.

Foi feito breve histórico deste Programa, inicialmente constituído em 2013, cuja Portaria foi publicada em 2014¹², quando foi construído Termo de Referência. Nesse âmbito, foi lembrado o Seminário Maconha: Usos, Políticas e Interfaces com a Saúde e Direitos, realizado em 2015 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro¹³.

4.7. Apoio ao desenvolvimento do Congresso de Desenvolvimento Humano, Trauma e Violência: diálogos entre a saúde pública e a justiça restaurativa

O congresso foi realizado em 26 e 27 de setembro no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro¹⁴. Contou com 381 participantes credenciados entre profissionais de diversos setores e estudantes, de diversas áreas. Fernanda Mendes, membro da coordenação do PIVS, participou na organização, comissão científica e como mediadora da oficina temática Violência e Desenvolvimento Humano. O Congresso contou com a apresentação de trabalhos científicos e a produção de um documento apresentado na plenária final, fruto das 06 oficinas temáticas, visando orientar as práticas entre os campos da saúde e da justiça para desenvolvimento da proposta da justiça restaurativa. O documento – ainda em versão preliminar para divulgação a público amplo – encontra em anexo, assim como uma foto dos palestrantes e da comissão organizadora.

Foram produzidas diversas reportagens, que podem ser consultadas em em edições do Informe ENSP¹⁵.

¹² Disponível em <https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-906/2014-pr>

¹³ Disponível em <https://programadrogas.fiocruz.br/programadrogas.fiocruz.br/publicacoes/videos/74.html>

¹⁴ Disponível em https://www.even3.com.br/desenvolvimentohumano-traumaeviolenca?even3_orig=events_eventlist

¹⁵ Disponíveis em <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/55480>; <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/55620>; <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/55617>; http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/55616?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaZHllrmnAeoWbFeGVGMLwtVoRmTNCECQTIB0fQOz9lrHJxWQqa9cFPYNA_aem_YXIXrINM4Xdyf_W6Yqe00A.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

4.10. Seminário Nacional Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV): Histórico, Potencialidades e Desafios

Realizado em 10 de dezembro, foi organizado por subgrupo específico através de reuniões remotas e trocas por meio de grupo de WhatsApp. O Termo de Referência, contendo a programação, encontra-se em abaixo. O Seminário foi realizado de forma híbrida, presencialmente na ENSP e transmitido pelo Youtube da ENSP¹⁶. Foram 276 participações online e 52 presenciais. O orçamento contou com apoio da ENSP e da Presidência.

A seguir o Termo de Referência e a programação do seminário. Nos anexos constam os materiais de divulgação.

SEMINÁRIO NACIONAL Política Nacional de Redução de Morbimortalidade Por Acidentes e Violência (PNRMAV): Histórico, Potencialidades E Desafios

TERMO DE REFERÊNCIA

ORGANIZADOR: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL EM VIOLÊNCIA E SAÚDE (PIVS)/FIOCRUZ

DATA E LOCAL: DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2024, DE FORMA HÍBRIDA - SALA 410 DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA (ENSP)/YOUTUBE FIOCRUZ OU VIOLÊNCIA E SAÚDE

O Seminário, organizado pelo Programa Institucional de Articulação Intersetorial em Violência e Saúde (PIVS), tem como objetivo apresentar e discutir o histórico do campo Saúde e Violência no Brasil, tendo como mote a Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV), que o oficializa e estrutura. Será realizado visando garantir a presença de um amplo público, o debate e a construção coletiva de uma visão crítica e propositiva sobre este instrumento legislativo, identificando avanços e lacunas e fazendo proposições para seu fortalecimento.

¹⁶ Disponível em endereço <https://www.youtube.com/watch?v=pkgIEkMLxX4&t=37s> e https://www.youtube.com/watch?v=RnjZjOWo_ew&t=5s

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Tendo por base as diretrizes da PNRMAV, o evento busca lançar luz sobre temas e desafios contemporâneos da área de violência e saúde, tais como vulnerabilidades relacionadas aos povos tradicionais, relações étnico raciais, de gênero e violência institucional. Ademais, considera como temas transversais imprescindíveis para o avanço do enfrentamento às violências a formação dos profissionais, a intersetorialidade, a integralidade e a interseccionalidade. Para tanto, serão convidados atores chave de setores governamentais, da sociedade civil, de movimentos sociais e trabalhadores/gestores e pesquisadores. Como produto, propomos a construção de um documento propositivo de recomendações para a fortalecimento da PNRMAV.

PROGRAMAÇÃO

Mesa de abertura - 09h00

- Presidência da Fiocruz: Zélia Profeta
- Direção da ENSP: Fátima Rocha
- PIVS: Simone Gonçalves de Assis

Mesa 1 - A PNRMAV: história e desafios contemporâneos - 09h30

- Histórico da PNRMAV: Cecília Minayo - Claves/Fiocruz
- 22 Anos de Implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências - Pesquisa Avaliativa: Edinilsa Ramos de Souza - Claves/Fiocruz
- Potencialidades e Desafios da área Violência e Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/MS - Leticia de Oliveira Cardoso - Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis/Ministério da Saúde.
- Debatedor: Edileuza Gomes Ferreira Cupertino - Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo/Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz Minas Gerais

12h30 Intervalo de almoço: Lançamento do vídeo "Pesquisa no Claves" e exibição das animações "Animar para enfrentar as violências" (Museu da Vida).

Mesa 2 - Avanços, desafios e fragilidades da PNRMAV - 13h30

- Promoção e adoção de comportamentos e ambientes seguros e saudáveis: Dais Gonçalves Rocha - Universidade de Brasília

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Atenção às vítimas de violências - Atenção Básica, Pré-Hospitalar, Hospitalar e Reabilitação: Felipe Reque: Coordenador Geral da Coordenação Geral de Urgências e Emergências/Ministério da Saúde.
- Vigilância de violências: Cheila Marina de Lima - Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde/Ministério da Saúde.
- Debatedora: Marta Silva - Secretária Municipal de Saúde de Goiânia e Universidade Federal de Goiás

Encerramento - 16h30

4.11. Avaliação PIVS

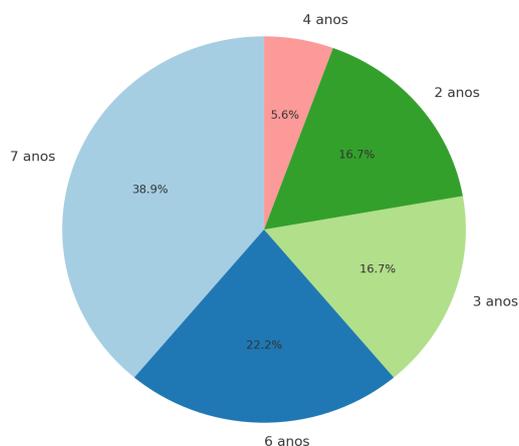
Foi construído um instrumento através do Programa RedeCap, enviado por e-mail para 38 membros e ex-membros do PIVS. Obtivemos 19 respostas. Abaixo descrevemos os achados, sintetizados pelas perguntas do questionário.

POR QUE AS PESSOAS SE AFASTARAM? Há muitos grupos de trabalho na Fiocruz que mobilizam as mesmas pessoas.

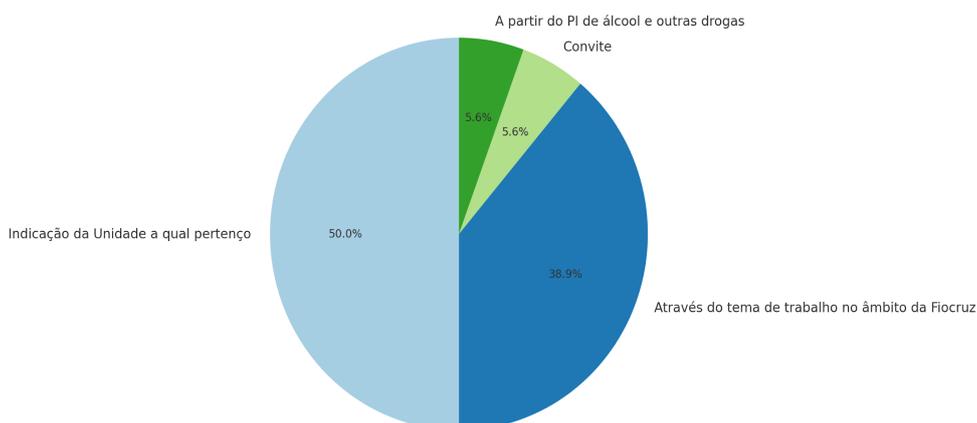
- A maior parte das respondentes ainda participa;
- Outras demandas de trabalho e estudo (pós-graduação, doutorado, pesquisas, atividades de gestão)
- Preparação para aposentadoria e aposentadoria efetiva;
- Rodízio de representação.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Participação no Programa (em anos)



Como foi sua entrada no PIVS?



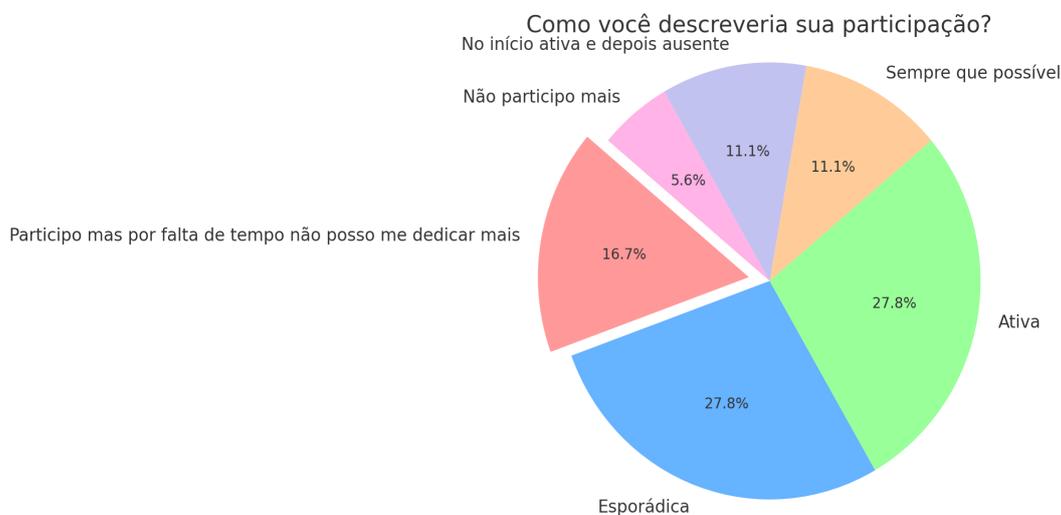
PARA VOCÊ QUAL É O OBJETIVO DO PIVS?

- Articular, integrar, sensibilizar e ampliar as discussões e ações sobre violência e saúde, internamente e intersetorialmente - entorno da Fiocruz e Organizações Sociedade Civil;
- Construir uma rede para pesquisa, ensino e cuidado;
- Produzir evidências científicas;
- Formação de profissionais;
- Mapeamento de ações de enfrentamento dentro e fora da Fiocruz;
- Influenciar/cooperar com políticas públicas sobre o tema;
- Contribuir com a instituição quando chamada a se posicionar sobre o tema.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

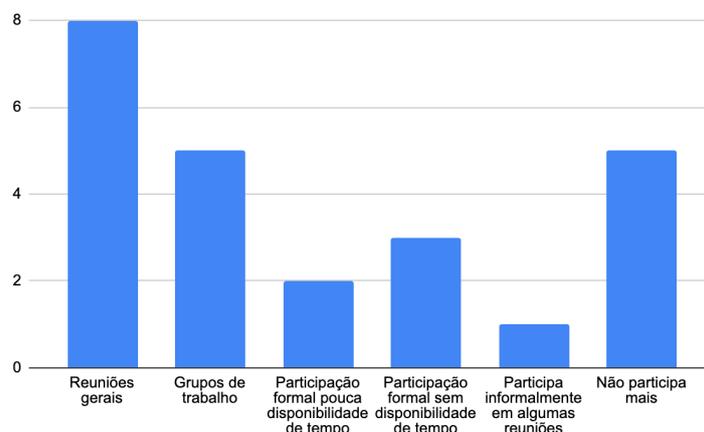
OBJETIVOS NA PORTARIA

- Ampliar e articular a reflexão e a ação sobre Violência e Saúde entre as diversas unidades da Fiocruz.
- Objetivos específicos:
- Debater o tema internamente à Fiocruz de acordo com o Termo de Referência para atuação no campo da Violência e Saúde;
- Ampliar a compreensão da relação entre a violência e a saúde através de sua análise pela lógica da determinação social da saúde, dos processos de desenvolvimento econômico e dos conflitos territoriais e ambientais;
- Mapear as demandas, ações e pautas das diferentes unidades, a fim de formar uma rede de atuação, agregando experiências de pesquisa, ensino, ação, assistência e *advocacy*;
- Dar subsídio à definição de posicionamentos institucionais acerca de temas chave aos quais a Fiocruz é chamada a se pronunciar.



Disponibilidade para participar

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde



VOCÊ COSTUMA DAR RETORNO PARA SUA UNIDADE DAS ATIVIDADES DO PIVS? DE QUE FORMA?

- Sim - 12
 - Resumo/relatório das reuniões para a Diretoria da Unidade;
 - Relato das ações no CD Departamental e reuniões de Diretoria;
 - Divulgação, por email, WhatsApp, das atividades realizadas pelo PIVS;
 - Produtos.
- Não ou muito pouco - 5

CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL E PARA A UNIDADE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO PIVS. Todos falaram que sim.

- Visão mais global da Fiocruz, articulação e troca com outras unidades, instituições e organizações da sociedade civil;
- Acolhimento e troca de experiências para ajudar a pensar as práticas e objetivos de trabalho;
- Formação para atuação profissional: aprimoramento teórico, conceitual e desenvolvimento das ações e pesquisas.
- Reflexões sobre a relação entre violência e saúde nos territórios no entorno dos campi;
- Canal para fortalecer coletivamente as lutas contra a violência estrutural e debates sobre a determinação social da saúde e da doença;
- Seria possível pensar em ações mais práticas, em rede, envolvendo o PIVS?

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

COMO VOCÊ AVALIA O FUNCIONAMENTO DO PIVS?

- A pandemia foi um divisor de águas;
- Oscila em função da disponibilidade dos integrantes – hoje: pouca participação, adesão e engajamento - esvaziamento;
- Dificuldades na definição do papel de um Programa Institucional na Fiocruz, financeira e de apoio institucional efetivo da Presidência;
- Apoio institucional para possibilitar o desenvolvimento de pesquisas multicêntricas;
- Pouco destaque ao PIVS internamente;
- Importante maior participação das regionais - dinamizar o PIVS, atualizar a sua composição;
- Seminários e atividades relevantes para discutir temáticas importante e fomentar colaboração entre as unidades;
- Os subgrupos, por vezes, se perderam em seus objetivos e não avançaram em ações concretas;
- É possível adotar para o planejamento procedimentos mais participativos? Como?
- É possível estimular mais parcerias e colaborações internas e outras formas de comunicação?

COORDENAÇÃO

- Papel – mobilização sobre o tema;
- Esforço da coordenação tem sido importante para construção de parcerias e trocas de experiências;
- Sobrecarga na governança do Claves;
- A comunicação tem sido feita de forma personalizada por falta de uma participação mais assídua de outras unidades;
- Sugestão de incluir integrantes de outras unidades e regionais, para possibilitar mais protagonismo para além da ENSP e evitar a centralização no RJ;
- Manter a secretaria executiva ligada ao Claves.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

GRUPO DE TRABALHO COLEGIADO E SUBGRUPOS TEMÁTICOS

- Nos 7 anos do PIVS a forma de trabalho por subgrupos surtiu efeito;
- Forma de funcionamento híbrida – planejar encontros presenciais;
- Falta envolvimento efetivo das pessoas, o que gera sobrecarga de alguns;
- Incluir os subgrupos no planejamento anual do PIVS (já realizado);
- Realizar levantamento institucional sobre unidades/pessoas que trabalham com o tema e reformular a composição do PIVS;
- Ter recursos próprios para financiar o desenvolvimento de ações em parceria com as unidades, identificando e visibilizando as necessidades específicas de cada território.

VOCÊ ACHA QUE O TRABALHO QUE O PIVS VEM FAZENDO É IMPORTANTE PARA A FIOCRUZ?

- MUITÍSSIMO importante para fundamentar o compromisso com o tema na Fiocruz e com parceiros de outros setores (inclusive nacionalmente) e para dar maior visibilidade às violências;
- Há um espaço que hoje está pouco aproveitado, mas com enorme potencial para a instituição, com pesquisadoras qualificadas, com conhecimento e organização. Falta status e reconhecimento;
- Importante para a formação dos profissionais da Fiocruz;
- O PIVS tem ofertado contribuições históricas sobre a compreensão das múltiplas expressões da violência como um problema de saúde pública;
- Articulação entre diferentes atores em torno do tema e *advocacy* de temas estratégicos;
- É possível pensar em uma proposta com aplicação mais prática e que chegue até a ponta, envolvendo trabalhadores Fiocruz e comunidades do entorno dos campi?

QUAIS ESTRATÉGIAS PODERÍAMOS PENSAR PARA MOBILIZAR OUTROS ATORES PARA O PIVS?

- Maior divulgação;
- Inserir o PIVS no plano de trabalho anual dos trabalhadores (ADI, PGD);

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Ter uma representação mais ativa da Presidência, reforçando o status de importância do PIVS;
- Reuniões das unidades com a Presidência, a partir dos atores que já vêm participando;
- Chamada interna de edital com indicações de membros;
- Pensar projetos amplos e transversais que possam integrar as unidades, compondo redes de pesquisa multicêntricas.
- Mobilizar a comunicação da instituição e das suas unidades para divulgar o PIVS e as suas ações;
- Incluir discentes no grupo (como?);
- Aprofundar questões relacionadas ao impacto da violência urbana na saúde do trabalhador da Fiocruz, indo nas unidades e conversando com os trabalhadores no horário de trabalho;
- Discutir formas de prevenção de violências cotidianas nas relações interpessoais, conflitos, assédios, promovendo atividades trabalhar percepções, atitudes e comportamentos e não só a reflexão teórica;
- Definir algumas diretrizes gerais sobre como tratar questões de violência e saúde na Fiocruz (já temos na nossa Portaria e nas diretrizes do Congresso Interno/2018);
- Realizar projetos de pesquisa e extensão.

QUAIS ESTRATÉGIAS PODERÍAMOS PENSAR PARA MELHORAR A DIVULGAÇÃO DO PIVS?

- Utilizar redes e mídias sociais - insistir com a comunicação da Fiocruz;
- Desenvolver campanhas internas para as pessoas falarem sobre violência vividas. As pessoas desejam se escutadas;
- Publicar boletins internos trimestrais/semestrais divulgados às unidades, direções, vice direções, coordenações. Pautar duas vezes ao ano no CD Fiocruz e das unidades;
- Realizar entrevistas com diferentes atores das unidades e divulgar nos canais de comunicação;
- Desenvolver identidade visual.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Divulgar materiais com resultados das pesquisas sobre violência que os membros do PIVS desenvolvem como forma de estar sempre divulgando as atividades
- Mobilizar Canal Saúde, Museu da Vida etc, para realizar ações que deem visibilidade ao PIVS;
- Divulgação em outros canais parceiros, como Abrasco e seus GT, AFN, Congressos sobre saúde, perfis em redes sociais, em instâncias representativas e de controle social;
- Incorporar no GT pessoas que trabalham com divulgação científica;
- Propor estratégias de multiplicadores a partir dos participantes do PI.

OUTRAS QUESTÕES

- Desenvolver um plano gestor estruturante, para cinco anos;
- Reconhecimento do representante, por sua unidade - inserir no Plano de Trabalho, nomeação...?
- O tema é prioridade para as unidades?
- Governança/apoio institucional
- Qual a melhor forma de trabalho para o PIVS?
- Incluir no planejamento anual as datas das reuniões
- Visitação às direções; reunir resultados para apresentá-los no CD e outros espaços;
- Criar estratégia para novos integrantes se ambientarem em relação ao PIVS e antigos se atualizarem das ações (o site está atualizado).

6. Perspectivas para 2025

A partir da trajetória de 8 anos do PIVS, sintetizada e registrada a partir de sua avaliação, apontamos como metas para 2025:

- Reformulação do modo de funcionamento PIVS – Coordenação e Grupo(s) de Trabalho;
- Desenvolver o Projeto Registro da Violência Armada;

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

- Articular a publicação de um número temático em revista científica ou livro para os 10 anos do PIVS, reunindo experiências de membros e ex-membros;
- Construir uma agenda do ano, possivelmente de forma mais longitudinal, para 03 anos;
- Retomar pauta de informes nas reuniões a seção de notícias das unidades;
- Propor atividade na Tenda Dom Helder Câmara, quando da ocasião da COP 2025, no estado do Pará;
- Articular Seminário comemorativo de 10 anos.

7. Anexos

Anexo I – apresentação oficina sobre relações de trabalho, realizada em 27/09

Anexo II - Histórico do Apoio à ADPF

Anexo III - Carta de compromissos para promoção da Saúde e Justiça

Anexo IV – Foto plenária Congresso Justiça Restaurativa

Anexo V – Material de Divulgação Seminário Nacional PNRMAV

Relações de Trabalho e Violência na FIOCRUZ

**Programa Institucional de Articulação Intersectorial Violência e Saúde
(PI)**

Coordenação

- Fernanda Mendes Lages Ribeiro
- Mayalu Matos Silva
- Valéria Cristina Gomes de Castro

27.09.2024

Objetivo Geral do Programa Institucional (PI)



O objetivo geral do PI é ampliar e articular a reflexão e as ações sobre violência e saúde entre as diversas unidades da Fiocruz.

Objetivos específicos:

- ✓ debater o tema internamente à Fiocruz;
- ✓ ampliar a compreensão da relação entre a violência e a saúde através de sua análise pela lógica da determinação social da saúde, dos processos de desenvolvimento econômico e dos conflitos territoriais e ambientais;
- ✓ mapear as demandas, ações e pautas das diferentes unidades, a fim de formar uma rede de atuação, agregando experiências de pesquisa, ensino, ação, assistência e *advocacy*;
- ✓ subsidiar à definição de posicionamentos institucionais acerca de temas chave aos quais a Fiocruz é chamada a se pronunciar.

Relações de Trabalho no PI

Refletir sobre as formas de violência implicadas nas relações de trabalho na Fiocruz e propor ações de enfrentamento

Conforme relatórios do programa, a discussão sobre relações de trabalho na Fiocruz está **presente no PI desde 2017**, sendo um eixo importante ao se refletir sobre violência. Essas violências são transversais a instituição, com efeitos na qualidade do trabalho e na saúde dos trabalhadores.

Em fevereiro de 2017 foi criado o **GT violência e Saúde na Fiocruz**. Após esta data, diversos profissionais, dentre eles os que colaboraram com o processo de construção do TR, foram convidados a compor o Grupo de Trabalho (GT) do PI.

Foram elencados 3 eixos de trabalho:

- 1) Violências, Território e Cidadania
- 2) Violência e Serviços
- 3) Violência e Relações de Trabalho

Primeira oficina sobre Violência e Relações de Trabalho na Fiocruz (2017)

Organizadores: Fernanda Mendes Lages Ribeiro (coordenadora executiva do PI), Gabriela Franco (IOC), Mayalu Matos Silva (coordenadora executiva do PI), Luciana Bicalho Cavanellas, Sonia Gertner e Andrea da Luz (COGEPE).

Palestrantes: Fátima Rangel (CST), Marcello Rezende (NUST) e Andrea da Luz (COGEPE)/ **Debatedores**

Atividades
PI 2017

Oficinas Temáticas

Foram realizadas, ao longo de 2017, quatro oficinas. A primeira, introdutória ao tema da violência e saúde, teve também como objetivo instituir o GT e aprovar um plano de ação para o ano.

1. Oficinas de debate temáticas

1.1. Conceituação de Violência - abril;

1.2. Violência e Serviços - junho;

1.3. Violência e Relações de Trabalho - agosto;

1.4. Violência e Território - outubro;

1.5. Violência e Interseccionalidades - dezembro.

Cada oficina foi organizada por um subgrupo que elaborou um Termo de Referência (TR) para balizar as discussões e contou com a participação de convidados internos e externos à Fiocruz, visando ampliar as discussões.

A programação das oficinas adotou a seguinte lógica:

- manhã - apresentação da proposta do encontro com profissionais da Fiocruz e convidados externos e debate;
- tarde - oficina de trabalho interna com servidores da Fiocruz, focando na elaboração de propostas e diretrizes de trabalho institucionais.

Violência e Relações de Trabalho

O debate deste tema foi organizado a partir de alguns pontos:

Aspectos gerais do trabalho contemporâneo

Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho - expressões da violência

Trabalho, Violências e Adoecimento

Assédio Moral e Sexual

Saúde Mental e Trabalho

Gestão de Pessoas na Fiocruz

Força de Trabalho

Os Agravos Relacionados ao Trabalho na Fiocruz

Ações em Saúde Mental e Trabalho

O encaminhamento das situações de assédio/conflito na Fiocruz

**Foram definidas
algumas
diretrizes**

4. Ter como princípio a não aceitação de nenhum tipo de violência nas relações entre os trabalhadores da Fiocruz e dos trabalhadores com o público que frequenta a instituição, como os estudantes, os usuários e acompanhantes que chegam aos serviços de saúde, em todas as suas unidades, buscando compreender o contexto das violências e a complexidade dessas situações, entendendo-as como parte do processo de trabalho do presente modelo de desenvolvimento e de relações históricas existentes na sociedade brasileira. Todos os trabalhadores da Fiocruz estão sujeitos a este princípio, independente de vinculação institucional (servidor, terceirizado, bolsista), hierarquia, gênero, raça/etnia, classe social, deficiência ou pertencimento a grupos institucionais com interesses políticos antagônicos.

E também alguns eixos de discussão:

No **eixo da prevenção de situações de violência e fortalecimento da gestão do trabalho na Fiocruz**, destacamos como principal ação da Comissão a elaboração e disseminação da cartilha intitulada Assédio Moral e Sexual no Trabalho. Prevenção e enfrentamento na Fiocruz (2014)⁴¹, feita em parceria com o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz/Presidência.

Quanto ao **eixo Acolhimento e tratamento das situações de violência no trabalho**, as principais ações se constituem no estabelecimento de fluxos e procedimentos para o acolhimento dos trabalhadores que sofreram violência no trabalho, tanto no que se refere ao suporte clínico, social e jurídico, quanto aos aspectos administrativos e de gestão de pessoas e legitimação dos locais de acolhimento e encaminhamento das demandas de violência no trabalho.

Eixos de Trabalho

Eixo 1 - Prevenção e promoção de relações protetoras, amorosas, no território, nas famílias, nas instituições

AÇÕES NECESSÁRIAS

Propor ações internas e externas acerca do tema Violência e Saúde, envolvendo debates,

formações e sensibilizações, promovendo reflexões sobre fatores estruturantes e

potencializadores da violência como o racismo, a desigualdade de gênero e de classe, as

políticas de segurança, entre outros. Identificar quais unidades têm essa expertise e podem

colaborar na prevenção da violência e na promoção de relações protetoras.

Eixo 2 - Atendimento às vítimas, digno, efetivo, humanizado, capilarizado

AÇÕES NECESSÁRIAS

As unidades que têm serviços de atendimento ao público devem aprimorar a sensibilização, a formação, a informação e a ação sobre questões relacionadas à violência e colaborar para o fortalecimento da rede de prevenção às violências.

Devem propiciar serviços de atenção ao sofrimento psíquico e ao estresse pós-traumático para pessoas vítimas de violências, incluindo o cuidado com o cuidador e o acolhimento para atuação em relação aos casos de violência; e, melhorar a prevenção e a assistência aos casos de violências nas relações de trabalho para todos os trabalhadores da Fiocruz, independente de seu vínculo.

Investir na melhor articulação entre os NUSTs e RHs, com a finalidade de aprimorar a identificação, acolhimento e intervenção

Eixo 3 - Qualificação da informação

AÇÕES NECESSÁRIAS

Realizar o contra fluxo de questões acolhidas pela Ouvidoria para os profissionais e para o usuário.

Mudar o fluxo de das respostas são encaminhadas apenas para a Direção das unidades.

A resolução dos casos deverão chegar até os profissionais e usuários envolvidos.

Eixo 4 - Fortalecimento o dos Sistemas de Garantia de Direitos



A atuação no fortalecimento dos sistemas de garantia de direitos é uma contribuição fundamental da Fiocruz.



As redes com os movimentos sociais podem ser potencializadas;



A Fiocruz pode contribuir como polo propagador de reflexões e na orientação de direitos;



Todas as unidades podem trabalhar o fortalecimento do sistema de Direitos;



Fazer parcerias nos territórios para desenvolvimento das ações.

Eixo 5 - Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas

AÇÕES NECESSÁRIAS

Ampliar e produzir conhecimento científico sobre o tema violência, território e cidadania;

Discutir os efeitos da violência na saúde.

Realizar pesquisas que tenham um componente de intervenção nos territórios vulnerabilizados;

Organizar um observatório dos discursos promotores de violência e deflagradores de destituição de direitos.

AÇÕES de 2017

- Biomanguinhos - Departamento de Recursos Humanos:
- Casa de Oswaldo Cruz (COC)
- Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz/Presidência
- Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Violência no Trabalho
- Cooperação Social/Presidência: Núcleo de Arte e Cultura: prevenção e enfrentamento à violência voltado para arte, cultura e saúde. Está apoiando a luta pela reabertura da biblioteca Parque de Manguinhos, um espaço que atua na prevenção de violências.
- Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEPE) - Comissão contra o Assédio nas Relações de Trabalho
- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)
- Prevenção via capacitação profissional em diversos cursos, incluindo os desenvolvidos pelo
- CLAVES, direcionados especialmente para profissionais de saúde, educação e Conselhos Tutelares.
- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) Cursos de qualificação de Agentes Comunitários de Saúde têm o compromisso institucional de trabalhar a demanda desses profissionais, incluindo a discussão sobre a violência, além de outros temas específicos.
- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Cooperação Social
- Farmanguinhos - Núcleo de Gestão Social

PI
2018

- reunião com o **Grupo Relações de Trabalho** para ação conjunta na criação de ficha única para registro de casos de assédio na Fiocruz.
- Em outubro foi realizada reunião com Paula Bonatto/COC, que apresentou uma proposta de produção de três pequenos vídeos, abrangendo os eixos trabalhos pelo PI em 2017: território, relações de trabalho e saúde mental. Tal proposta entrou na avaliação do orçamento desta unidade para 2019.

Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência

Do grupo de trabalho realizado pelo GT em 2017 adveio a importância de continuar se debruçando sobre a questão das relações de trabalho, especificamente no que tange à forma de **registro das denúncias e desdobramento dos casos de assédio moral e sexual**. Foi formado um subgrupo composto pela coordenação do PI e membros da **COGEPE**.

A pesquisadora **Cristiane Batista**, também participante do GT e pesquisadora do Claves, esteve à frente do processo de desenvolvimento de um instrumento de registro único para os casos e na participação na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Violência no Trabalho da Fiocruz. **Liana Pinto**, também pesquisadora do Claves, tem colaborado na elaboração do instrumento proposto para registro de casos.

Durante 2018, toda primeira 2a feira do mês, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e violência no trabalho da Fiocruz se reuniu para discussão de novas propostas e ações de prevenção, sobretudo relativas ao assédio moral e sexual. Em 14 de setembro **Cristiane Andrade** proferiu palestra no IOC, na Semana de Pós-Graduação, sobre o tema Assédio Moral e Sexual na Pós-Graduação e a saúde.

A COGEPE informou que está sendo criada uma corregedoria na instituição, o que tende a melhorar o encaminhamento desses tipos de caso.

2020

1o ano de pandemia - oficina remota Oficina “COVID-19 e Violência”:

Sobrecarrega sobre o sistema de saúde e seus trabalhadores. O Brasil teve o maior número de mortes de profissionais de saúde de todo o mundo, com aumento dos registros de suicídio. Medo de contaminação das famílias e sofrimento pela morte de colegas.

Também houve aumento do registro de assédios, como em casos de adoecimento, quando há pressão para voltar ao. Há também acúmulo de empregos na saúde.

Precariedade de EPIs.

Precarização com o modelo de OSS.

Sobrecarga do trabalho feminino e, em especial, de mulheres negras.

Manteve-se a cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência - em julho houve participação em um debate junto ao NUST sobre Trabalho e Violência em Tempos de COVID-19; em outubro a chefe da COGEPE solicitou colaboração na revisão da Cartilha de Assédio Moral e, em dezembro, na revisão do instrumento de registro de assédio no trabalho.

PI
2021

A partir de 2021 o PI passou a contar com o apoio institucional da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (CVSLR).

O ano de 2021 marca o segundo ano de pandemia da COVID-19, sendo que mantivemos

Todas as atividades de forma remota, assim como em 2020.

Para 2021 planejou-se a manutenção de atividades contínuas do PI, como contatos entre seus membros pelo e-mail institucional e WhatsApp; continuidade de colaboração com o Grupo Relações de Trabalho e Violência (COGEPE/CST/NUST) para a elaboração da segunda edição da Cartilha da Fiocruz sobre Assédio moral e sexual e outras violências, e a alimentação e manutenção do site do PI.

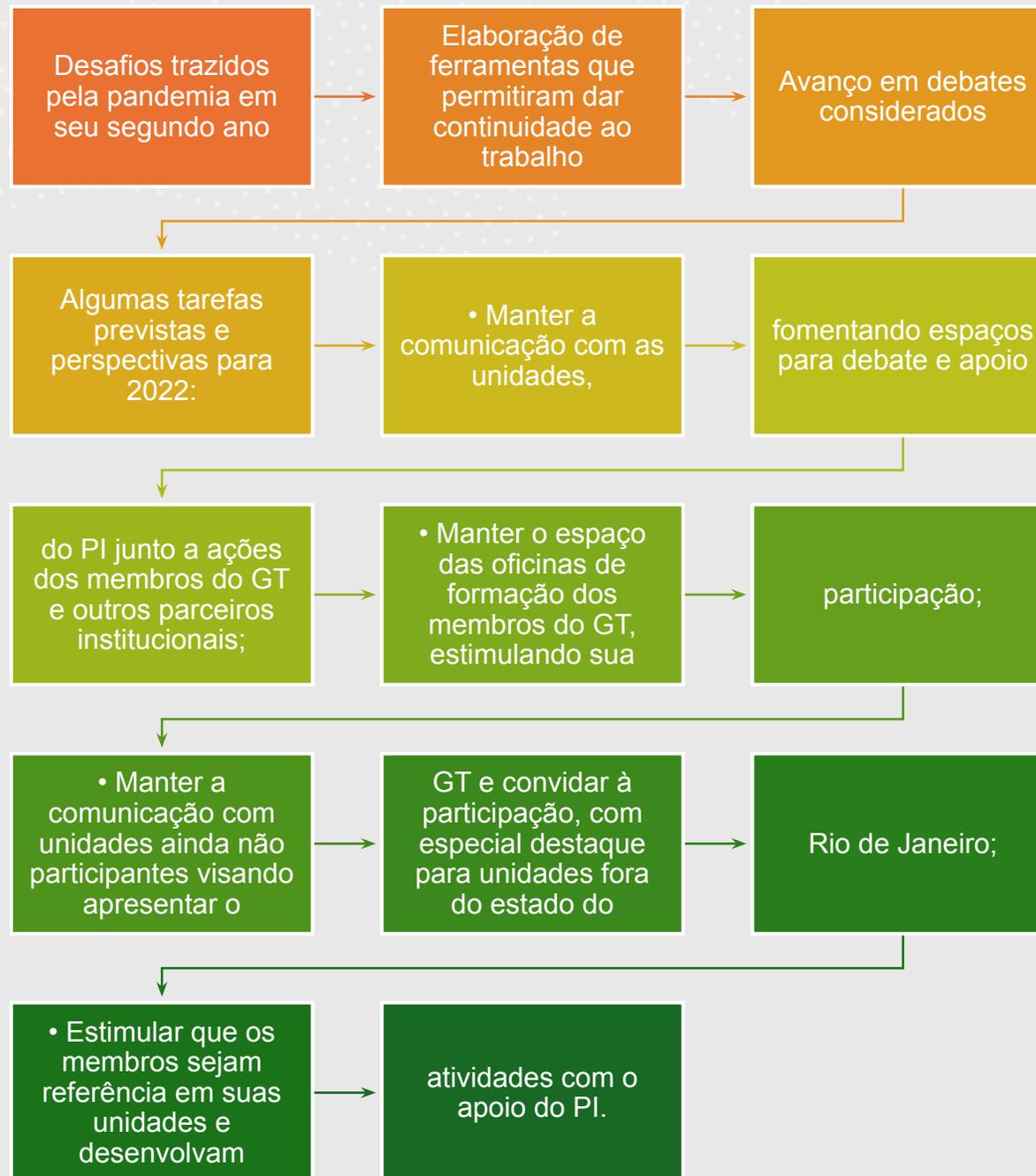
Na ocasião foi formado um subgrupo de trabalho para organizar um evento aberto.

- O encontro, contou com a participação da **Dra. Marta Maria Alves da Silva, médica do Hospital das Clínicas (UFG) e da Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes da SMS de Goiânia.**
- Discussão do tema da Violência contra a mulher

Nesta mesma data realizamos, na segunda parte da oficina, o debate “Violência contra a mulher e nova lei sobre comunicação à autoridade policial no contexto da pandemia de COVID-19” como encontro preparatório para membros do GT.

- Outra importante ação é a **Notificação Compulsória de Violências**, cuja universalização é dada pela Portaria 104, 25 de janeiro de 2011 e 1.271, de 06 de junho de 2014, no caso de notificação imediata. Marta apresentou a ficha de notificação (última versão dada pela Portaria no 264, de 17 de fevereiro de 2020), a natureza das violências notificáveis e sua importância para o sistema de saúde. Trouxe

Planejamento 2022



PI 2022

- Para 2022 houve o planejamento da manutenção de atividades contínuas do PI, como contatos entre seus membros pelo e-mail institucional e *whatsapp*; continuidade de colaboração com o Grupo Relações de Trabalho e Violência (COGEPE/CST/NUST) para reedição da Cartilha da Fiocruz sobre Assédio Moral e Sexual e Outras Violências e revisão do instrumento de registro de casos de assédio no trabalho; e a alimentação e manutenção do site do PI.
- Propor-se o desenvolvimento do projeto **“Podcast Ciclo 20 anos da Política nacional de Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV) como ação de divulgação científica”**

Foram realizadas 3 três oficinas temáticas e um Seminário Nacional em 2022

- Oficina com o tema “Juventudes e Violência”, em formato híbrido, na Fiocruz RJ

- Oficina com o tema “Masculinidades e Violência”, em formato híbrido no RJ

- Oficina com o tema “Violência e educação”, em formato híbrido, na Fiocruz no RJ

- Seminário Nacional com o tema “Violências em tempos pós COVID-19”
Manaus /AM

- Foi realizado um webinar divulgado através de uma matéria do Informe ENSP e em rede social.
- No Instagram e permanece disponível no canal Violência e Saúde.
- Foram previstos para 2023 os seguintes *webinars*: impactos da violência armada nas escolas; trabalho docente e condições de trabalho; e assédio moral e sexual no ensino e na pesquisa.

Parceria com o Grupo Relações de Trabalho e Violência

O PI deu continuidade à parceria com o Grupo Relações de Trabalho e Violência (COGEPE/CST/NUST) para a elaboração da segunda edição da Cartilha da Fiocruz sobre Assédio moral e sexual e outras violências, com a participação de Cristiane Andrade Batista, Andrea da Luz, Marilda Maria da Silva Moreira e Marisa Augusta de Oliveira.

Em novembro foi lançada a nova versão da cartilha em evento da Cogepe na Fiocruz e foi previsto para 2023 seu lançamento em outros espaços.



**Cartilha Assédio Moral, Sexual e
outras Violências no Trabalho
Prevenção e enfrentamento na
Fiocruz
2022**

:/Users/valer/Downloads/fiocruz_-cogepe-_cartil
ha_assedio_atualizada_2022%20(1).pdf



Encaminhamentos Propostos:

- ✓ Retomar as discussões sobre relações de trabalho e violência no PI;
- ✓ Contatar pessoas de unidades e setores da Fiocruz que desenvolvam ações referentes a violência nas relações de trabalho para apresentação dessas ações;
- ✓ Articular sujeitos sociais no desenvolvimento de projetos estruturantes na Fiocruz de enfrentamentos as violências no trabalho;
- ✓ Conhecer as formas dessa violência na Fiocruz;
- ✓ Avaliar o desenvolvimento das atividades do PI sobre o tema Relações de Trabalho;
- ✓ Fomentar projetos sobre o tema.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Assunto: Histórico Apoio da Fundação Oswaldo Cruz à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024.

Este documento tem como objetivo fazer uma breve linha do tempo sobre a proposta de apoio da Fiocruz à ADPF 635 a partir de sugestão do Programa Institucional de Articulação Intersetorial em Violência e Saúde da Fiocruz (PIVS). Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, que foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em parceria com diversas instituições e movimentos sociais. Ela tem como objetivo denunciar violações de direitos constitucionais em territórios de favelas, decorrentes da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e buscar a implementação de medidas de controle. O PIVS vem debatendo a questão da violência armada em suas variadas expressões e impactos. Nesse sentido, no âmbito do encontro "Fiocruz Violências, Urgências e Emergências", realizado no dia 10 de agosto de 2023, com participação de diversas unidades da Fundação, uma das sugestões tiradas foi o apoio da Fiocruz à ADPF 635.

A importância do apoio da Fundação como *amicus curie* na ADPF se dá no sentido de que a mesma vem trazendo um movimento estruturante de aprimoramento da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, como o plano de redução da letalidade policial, instalação de câmeras nos uniformes e viaturas das polícias, controle do Ministério Público sobre ações policiais, aprimoramento das perícias em casos de morte por intervenção de agente de estado, entre outras ações importantes.

Essa proposta de apoio também foi apresentada nos Conselhos Deliberativos da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Ensp (27 de junho de 2023) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV (30 de agosto de 2023), ambas unidades que haviam convidado o PIVS para apresentar seu trabalho institucional.

Dando sequência convidamos a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, um dos *amicus curie* da ADPF 635, para uma reunião realizada no dia 10 de setembro de 2024, com participação da Presidência da Fiocruz, representada pelo Sr. Juliano Lima, com a Coordenação do PIVS, representada pela Sra. Mayalu Matos Silva e com a Direção da EPSJV, representada pela Sra. Ana Corbo e com a Direção da ENSP, representada pelos Srs. Lisaneo Melo e Vinicius Mansur, para melhor esclarecimentos sobre a viabilidade desse apoio, assim como que procedimentos deveriam ser feitos e que caminhos deveriam ser seguidos para efetivar o apoio da Fiocruz. Nessa reunião a presidência da Fiocruz acatou a sugestão do PIVS, concordando que o apoio da Fiocruz à ADPF 635 é uma ação importante que fortalece esta ADPF, acenou com sinal verde para caminharmos no sentido de solicitar o apoio da Fiocruz à ADPF das Favelas, redigindo um documento para essa solicitação.

PIVS - Programa Institucional Violência e Saúde

Dessa forma, a proposta do documento da Fiocruz foi debatida nos dias 03 de outubro e 10 de dezembro de 2023, em reuniões do Grupo de Trabalho sobre Violência Armada e nas reuniões do colegiado do PIVS, nos dias 28 de fevereiro e 17 de abril de 2024, onde foi acordada a sugestão de redação de uma proposta preliminar de texto a ser enviada para revisão da Presidência da Fundação e da Procuradoria e se preciso seria retomada a discussão do colegiado do PIVS.

Ressalta-se que o processo da ADPF está sendo acompanhado também pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que formou um grupo de trabalho para avaliar o atual plano de redução de letalidade policial, proposto pelo estado do Rio de Janeiro, que foi criticado pelos proponentes da ADPF, que fizeram várias sugestões de aprimoramento. Essas sugestões foram chanceladas pelo grupo de trabalho do CNJ e constam no processo da ADPF. Foi debatido também que os documentos enviados por instituições que fazem oposição à proposta da ADPF não colocaram questões relativas ao seu mérito, mas sim ao fato de que, em sua avaliação, o Supremo Tribunal Federal não seria o fórum adequado para o debate da segurança pública no estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, foi redigido um documento preliminar para solicitação de apoio da Fiocruz à ADPF nº 635 como *amicus curie*, que foi enviado ao colegiado do PIVS e às direções da ENSP e da EPSJV para ciência e revisão e após esse processo o documento foi encaminhado à Presidência, onde se encontra atualmente.

Atenciosamente,

Mayalu Silva

Coordenação do Programa Institucional de Violência e Saúde da Fiocruz

SIAPE 1556389

Carta de compromissos para promoção da Saúde e Justiça

A partir de seis oficinas temáticas desenvolvidas no Congresso de desenvolvimento humano, trauma e violência: diálogos entre a saúde pública e a justiça restaurativa, realizado em 26 e 27 de setembro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, foi construído o presente documento propositivo contendo diretrizes que apontam perspectivas de aprimoramento do diálogo entre violência e saúde, no campo da Justiça Restaurativa. Foram eleitas como questões transversais fundamentais ao debate: impactos da violência na saúde; interseccionalidade; alternância de papéis de vítima e agressor; linhas de cuidado.

Grupos:

- Violência e desenvolvimento humano
- Trauma e intervenções com vítimas de violência
- Ciclo da vida e violência
- Intervenções da saúde e da justiça para autores de violência
- Mudanças climáticas e desastres ambientais – demandas para a saúde e a justiça restaurativa
- Da violência à mimética dos símbolos da paz: o valor da justiça restaurativa para a convivência escolar.

As oficinas discutiram, a partir de casos reais da prática de suas oficinairas, a complexidade da violência e seus impactos sobre a vida e saúde mental de vítimas e autores de violência. É necessário considerar a violência em seu aspecto estrutural e institucional e os ciclos de vulnerabilização a que estão submetidos diversos grupos populacionais no Brasil.

Há uma alternância, na trajetória de vida de muitas pessoas, entre os papéis de vítima e agressor, muitas vezes desde a infância. Os perpetradores de violência sofrem traumas, tanto quanto perpetram. Dessa forma a pessoa que praticou violência também precisa de cuidado. Se não tivermos esse olhar não haverá a quebra do ciclo da violência. Sair do binarismo (vítima X agressor) não é o mesmo que não responsabilizar, mas sim reconhecer as necessidades da vítima e também do perpetrador. Há, também, a presença de traumas intergeracionais que, não abordados, podem se desdobrar em novas violências.

Nesse contexto, destacou-se a importância da atuação intersetorial na abordagem do processo judicial e na produção de cuidado daqueles envolvidos em situações de violência que aportam no judiciário. Por outro lado, a fragilidade da rede de proteção social – saúde, educação, assistência social – sobretudo a de natureza estatal, foi destacada como um dificultador da construção de parcerias e encaminhamento de casos.

Em muitos casos envolvendo adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas por ato infracional, que chegam à justiça, como em casos de ataques a escolas, percebe-se uma trajetória de vitimização por violência, exclusões, invisibilidade e abandono, demandando intervenções de cuidado. Importante, ademais, envolver a escola como espaço de socialização, incluindo todos os atores da comunidade escolar.

Outro caso que inspira atenção é o de idosos apenados, pois há muitos casos de abandono, suicídio, exclusão pós liberdade, desvalorização do idoso, acumulando traumas que os impedem de vislumbrar perspectivas futuras.

No caso dos desastres ambientais por mudanças climáticas considera-se que concepções e práticas da Justiça Restaurativa podem colaborar nas respostas de saúde pública, de forma não clínica, em situações de desastres e traumas coletivos: permitindo maior inclusão e participação para os atingidos/as, possibilitando que compartilhem a vivacidade das situações e traumas, individuais e coletivos; criando um banco de memórias, resgatando os registros do que já foi sistematizado sobre desastres e urgências climáticas; propondo normas e procedimentos – protocolos inspirados em experiências e práticas, validando o que trouxe resultados exitosos e potentes; propondo ações preventivas, a partir do impacto dos desastres; criando grupos de estudo para aprofundar os aprendizados e atualizar iniciativas diante das condições que também vão se modificando; criando grupos de apoio, inclusive no que se refere à saúde mental; criando grupos comunitários como política pública na área de defesa civil; grupos de treinamento para lidar com emergências por pessoas da sociedade; favorecendo uma comunicação atualizada e assertiva sobre o que está acontecendo, evitando a ansiedade climática; disseminando a cultura do diálogo, por meio da divulgação da Justiça Restaurativa de forma ampla e irrestrita; usar como referência a experiência do Rio Grande do Sul visando motivar políticas públicas em outras localidades; atualizando conceitos sobre as emergências climáticas, desnaturalizando permanente o novo normal que por si só já é um desastre; unindo práticas restaurativa e PICs – Práticas Integrativas e Complementares - para que pessoas possam se capacitar para uma outra forma de atuação diante das mudanças da atualidade; criando conexão entre a rede de atendimento para que as pessoas se conheçam e possam dar encaminhamentos em um plano de ações coletivas e integradas, mudando os paradigmas de trabalho isolado; trazendo profissionais preparados para atender os comandos realizados; construindo espaços de cura, resgatando e fortalecendo o senso de comunidade.

Diretrizes para aprimoramento do diálogo e de ações:

- Abordagem interseccional e intersetorial no atendimento a vítimas e perpetradores de violência;
- Fomentar a formação de profissionais das políticas de saúde, educação, assistência social e segurança pública em práticas de mediação de conflitos e justiça restaurativa;
- Integrar uma abordagem informada pelo trauma no sistema de justiça, incluindo todos os seus integrantes, a fim de melhor compreender sobre os impactos da violência na saúde e no comportamento humano.



SEMINÁRIO NACIONAL

Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV):

histórico, potencialidades
e desafios

Evento híbrido

Organização:
Programa Institucional de Articulação
Intersetorial em Violência e Saúde (PIVS)/Fiocruz

Transmissão:
Canal da ENSP no Youtube

 <http://www.youtube.com/user/enspcci>

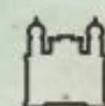
10
DEZEMBRO

Sala 410

Escola Nacional
de Saúde Pública
Sergio Arouca

PIVS/FIOCRUZ
Programa Institucional
de Articulação Intersetorial
em Violência e Saúde



 FIOCRUZ

SUS 

9h Mesa de abertura

Zélia Profeta

Presidência da Fiocruz

Fátima Rocha

Direção ENSP

Simone Gonçalves de Assis

PIVS

9h30 Mesa 1

A PNRMAV: história e desafios contemporâneos

Histórico da PNRMAV

Cecília Minayo

Claves/Fiocruz

**Implementação da Política Nacional de Redução da
Morbimortalidade por Acidentes e Violências – Pesquisa Avaliativa**

Edinilsa Ramos de Souza

Claves/Fiocruz

**Potencialidades e Desafios da Área Vigilância e Prevenção de Violências
e Acidentes e Promoção da Cultura de Paz
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Ministério da Saúde**

Letícia de Oliveira Cardoso

Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças
Não Transmissíveis/Ministério da Saúde

Debatedora:

Edleusa Gomes Ferreira Cupertino

Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo
Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz (MG)



12h30

Brunch e lançamento do vídeo "Pesquisa no Claves" e exibição das animações

"Animar para enfrentar as violências/Museu da Vida"

Local: Espaço de Convivência/ENSP

(Somente esse evento será no Espaço de Convivência)

13h30 Mesa 2

Avanços, Desafios e Fragilidades da PNRMAV

**Promoção e adoção de comportamentos
e ambientes seguros e saudáveis**

Dais Gonçalves Rocha

Departamento de Saúde

Coletiva/Faculdade de Ciências da Saúde – UNB

Atenção às Pessoas em Situação de Violências

(Atenção Primária à Saúde, Pré Hospitalar, Hospitalar e Reabilitação)

Felipe Augusto Reque

Coordenador Geral da Coordenação Geral de Urgências

do Ministério da Saúde

**Vigilância e Sistema de Vigilância
de Violências e Acidentes (Viva)**

Cheila Marina de Lima

Coordenação Geral de Vigilância e Prevenção de Violências

e Acidentes e Promoção da Cultura de Paz/Departamento de Vigilância de Doenças

e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde/Ministério da Saúde

Debatedora:

Marta Silva

Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes/SMS

Goiânia e Hospital das Clínicas/UFG

Encerramento

